

RESENHA DE “FROM SEA-BATHING TO BEACH GOING: A SOCIAL HISTORY OF THE BEACH IN RIO DE JANEIRO, BRAZIL”¹

Douglas Booth²

Resumo: Resenha do livro *From Sea-Bathing to Beach-Going: A Social History of the Beach in Rio de Janeiro, Brazil*, de Bert J. Barickman, editado por Hendrik Kraay and Bryan McCann.

Palavras-chave: Praia; História do Brasil; História Social.

Review of “From Sea-Bathing to Beach Going: A Social History of the Beach in Rio de Janeiro, Brazil”

Abstract: Review of the book *From Sea-Bathing to Beach-Going: A Social History of the Beach in Rio de Janeiro, Brazil*. By Bert J. Barickman, edited by Hendrik Kraay and Bryan McCann.

Keywords: Beach; Brazilian History; Social History.

Uma história social das praias oceânicas do Rio de Janeiro, *From Sea-Bathing to Beach-Going*³ baseia-se num “original não finalizado” (p. xiii) composto por Bert Barickman, um altamente respeitado historiador do Brasil vinculado à Universidade do Arizona. Barickman faleceu em 2016 e dois colegas, Hendrik Kraay (Universidade de Calgary) e Bryan McCann (Universidade Georgetown) completaram o livro, que inclui cinco capítulos (quatro completamente rascunhados por Barickman e o quinto extraído de um artigo publicado nesta revista),⁴ um prefácio em coautoria de Kraay e McCann, uma Introdução de Kraay e um Epílogo de McCann. O Capítulo 1 explora as razões pelas quais os cariocas se banhavam nas praias no século XIX. Uma delas foram as recomendações médicas, que são o foco do Capítulo 2. O planejamento urbano na virada do século XX resultou na remoção de muitos cariocas pobres do Centro, e o Capítulo 3 investiga a segregação espacial e social subsequente nas praias do Rio de Janeiro como um efeito dos

¹ A versão original em língua inglesa desta resenha está publicada neste mesmo número de *Recorde*. Tradução para o português: Rafael Fortes.

² Douglas Booth é decano do Centro de Turismo, Artes Culinárias e Aventura da Thompson Rivers University, Colúmbia Britânica, Canadá, e professor emérito na Universidade de Otago, Nova Zelândia. Autor de diversas obras sobre as culturas de praia, seu livro mais recente é *Bondi Beach: Representations of an Iconic Australian* (Palgrave, 2021).

³ Algo como *Do Banho de Mar ao Ir à Praia* (nota do tradutor).

⁴ Barickman (2016).

deslocamentos. Captando o título principal do livro, o Capítulo 4 muda o foco do banho de mar para a “invenção” do ir à praia e do bronzamento nos anos 1920, mais notavelmente em Copacabana. O Capítulo 5 desenha as políticas em relação aos corpos dos banhistas entre os anos 1910 e os 1940, quando autoridades municipais e a chefatura de polícia tentaram disciplinar a forma pela qual os frequentadores da praia se apresentavam em público. Finalmente, o epílogo apresenta o que McCann chama de um “panorama episódico” do período entre as décadas de 1950 e 1990, o qual ele contrasta com a “história refinada” dos cinco capítulos (p. 174).

Pode-se argumentar que o fundamento de *From Sea-Bathing to Beach-Going* se baseia na reavaliação, por Barickman, da visão popularmente aceita de que as praias do Rio de Janeiro passaram por uma rápida transição nos anos 1920 à medida que o interesse principal dos visitantes mudou do banho de mar, como terapia, para a areia, como um local de lazer sociável. Barickman rastreou esta contenda até as memórias de Luiz Edmundo, um proeminente jornalista e homem de letras. Edmundo, segundo Barickman, “direta ou indiretamente” influenciou “praticamente todos os autores que se voltaram para o tema nas décadas recentes” (p. 31). Barickman rejeitou a posição de Edmundo e apresenta evidências para mostrar que os cariocas visitavam a praia antes dos anos 1920 por uma pletera de razões: para “se refrescar [...] em dias quentes de verão”, “para se lavar” (p. 40), “por recreação e sociabilidade” (p. 41), para exibir seus “corpos parcialmente despídos” como uma medida de seu capital corporal (p. 62), para tomar parte em “exercícios higiênicos” que “melhorava[m] [...] a raça” (p. 43), ou por simples “diversão” ou só para passar o tempo (p. 44). Escravos da África e indígenas brasileiros, Barickman comentou, também iam à praia como parte de suas culturas e tradições. Nas palavras de Barickman, “o que não falta são fontes para indicar que o banho de mar” entre os cariocas do século XIX “não era apenas uma ‘prescrição médica’, mas “já uma forma de ‘recreação’” (p. 46). Suas principais fontes foram romances e contos de autores brasileiros, relatos não-ficcionais de visitantes europeus, e as colunas sociais da *Revista Illustrada*. Mais evidências, ele acrescentou, são encontradas no crescimento dos equipamentos de banho da cidade como centros de diversão e recreação.

From Sea-Bathing to Beach-Going contém um leque de argumentos interessantes. Cinco se destacam na minha leitura: o limitado impacto do turismo internacional no desenvolvimento do ir à praia no Rio de Janeiro, a emergência de Copacabana como a principal praia da cidade, as duradouras restrições quanto aos horários em que os que iam à praia podiam se banhar, o policiamento agressivo em relação às roupas dos banhistas em nome da preservação da moral e dos bons costumes, e a relação entre bronzamento e identidade racial. Barickman concluiu que o “turismo teve pouca influência no delineamento da história do ir à praia” na cidade no século XX (p. 64).

Ele chegou a esta conclusão após esmiuçar estatísticas oficiais de visitantes estrangeiros no Rio de Janeiro; ele destacou o pequeno número ao compará-lo com os de outros destinos de praia. Por exemplo, ele calculou que “17.608 [...] turistas estrangeiros visitaram o Rio de Janeiro em 1938”, ao passo que Blackpool, o destino turístico litorâneo mais popular da Grã-Bretanha, ‘recebeu quatro milhões de visitantes em 1913 e sete milhões em 1931” (p. 87). A interpretação de Barickman sobre os documentos do governo foi de que

autoridades e cariocas de classe alta [...] não queriam que os estrangeiros vissem sua cidade como prioritariamente um lugar de praia. Na visão deles, o Rio de Janeiro era, antes de qualquer coisa, a capital do Brasil, uma metrópole “civilizada” e “moderna” par a par com outras grandes cidades do mundo, mas também com uma diferença importante: a extraordinária beleza de seu cenário natural (p. 88).

Tampouco as “viagens internacionais em massa [...] fizeram do Rio um destino importante para os turistas em busca de praias” (p. 89). Aqui Barickman se volta para a lógica da geografia: “a cidade era muito distante da América do Norte e do norte da Europa, cujas classes médias tinham praias muito mais acessíveis, [...] respectivamente, no Caribe e no Mediterrâneo” (p. 89).

Barickman reconheceu que os anos 1920 foram um período importante no desenvolvimento das praias do Rio de Janeiro, especialmente Ipanema e Copacabana. Mas ele insiste que as razões foram complexas, “um mix de mudanças tecnológicas; padrões de urbanização; a influência da medicina, eugenia, moda estrangeira e especulação imobiliária; a expansão das classes média-alta e alta do Rio de Janeiro, assim como do investimento governamental e por parte de empresas privadas concessionárias de serviços públicos” (p. 100). Aqui Barickman revelava suas habilidades de síntese, destilando o mix a quatro fatores principais: “O desenvolvimento de Copacabana como um bairro da moda e de elite; o crescimento do número de pessoas que tinham automóvel; o estabelecimento de um serviço de salvamento no mar efetivo na década de 1910; e, talvez o mais importante, a emergência do bronzamento como um hábito da moda” (p. 100). “Juntos”, ele concluiu, “esses fatores promoveram a ida à praia como uma atividade de lazer da moda no Rio de Janeiro, e ajudaram a fazer de Copacabana e Ipanema as praias “elegantes” e “aristocráticas” da cidade, como a imprensa regularmente as chamava” (p. 100). Uma vez mais, evidências concretas sustentam o argumento. Por exemplo, estatísticas relativas à densidade populacional, que “triplicou” em Copacabana durante 1920 e 1940 (p. 111) e fotografias da praia em diferentes anos (por exemplo, p. 101, 107 e 109) ilustram a discussão em torno dos “padrões de urbanização”.

A história do desenvolvimento do salvamento no mar no Rio de Janeiro de Barickman fisionomizou meu interesse como um historiador das praias da Austrália. A narrativa dele tem muitos paralelos com a

história do salvamento no mar em Sydney, notadamente com relação: às datas da primeira organização formal (início do século XX); à autoridade que os salva-vidas assumiram em relação aos banhistas e frequentadores das praias; e às relações complicadas entre as autoridades municipais e as autoridades do serviço de salvamento marítimo. Como evidência apropriada da autoridade dos salva-vidas, Barickman citou o viajante inglês W.H. Kobel, que escreveu que “banhar-se em Copacabana não é, de forma alguma, [um] procedimento livre e fácil [...] existem autoridades diligentes e imponentes que baixam leis sobre onde os habitantes cosmopolitas [...] devem se banhar, e como devem fazê-lo” (p. 122). Kobel poderia facilmente estar descrevendo a situação nas praias oceânicas de Sydney.⁵

Como seus correspondentes em Sydney, as autoridades municipais no Rio de Janeiro aprovaram leis restringindo os horários nos quais os frequentadores da praia poderiam se banhar. Essas leis permaneceram em vigor no Rio de Janeiro décadas após terem sido abandonadas na Austrália (e na Nova Zelândia) (Booth, 2001, p. 192 nota 23 e p. 193 nota 32). Na cidade brasileira, autoridades controlavam principalmente os horários de banho por intermédio da regulação das horas em que os salva-vidas faziam o patrulhamento. Somente no verão de 1951 é que os salva-vidas foram autorizados a trabalhar o dia todo, desde o início da manhã até a noite, “sem interrupção no meio do dia” (p. 123). Autoridades no Rio de Janeiro e em Sydney também aprovaram leis regulando as roupas de banho utilizadas por homens e mulheres, alegadamente para preservar a decência e a moralidade. Mas, enquanto em Sydney o patrulhamento para garantir o cumprimento da lei era responsabilidade de um punhado de inspetores de praia nomeados pelas municipalidades locais, no Rio de Janeiro as autoridades municipais “mobilizaram um pequeno exército de ‘guardas civis, agentes secretos, delegados e subdelegados’ e até polícia montada” (p. 145). Em algumas situações, as patrulhas do Rio de Janeiro se voltaram até para os salva-vidas. Barickman detalha um incidente em 1948, no qual a Polícia Especial deu uma surra em um salva-vidas. Tendo sido zombada por alguns banhistas, a polícia retaliou atirando “indiscriminadamente” bombas de gás lacrimogêneo e atacando-os com cassetetes (p. 153).

Barickman atribuiu a emergência do bronzamento como “uma moda nas praias oceânicas do Rio de Janeiro” à “eugenia, [à]

⁵ Em 1910, Egbert Russel, um visitante inglês em Sydney, escreveu que “os membros dos clubes de salvamento no mar recebem a tarefa de manter a ordem nas praias; e a palavra ‘ordem’ é interpretada de forma tão drástica que chega a surpreender as pessoas acostumadas a destinos similares na Europa e nos EUA. Quando estive lá no Natal passado, [o escritor estadunidense] Jack London ficou espantado de ver dois jovens que puxavam um terceiro pelos calcanhares até a água receberem uma ordem de parar de um salva-vidas. Os salva-vidas [...] são ‘baleias’ da ordem; e é raro, contudo, que alguém ouça falar de um incidente que escape de receber um entusiasmado apoio de todo o Conselho de Igrejas”. Egberg Russell, ‘Australia’s amphibians’, *Lone Hand*, January 1910, p. 265.

helioterapia ou [à] moda francesa, ou [a] alguma combinação de todas as três” (p. 128). Ele também analisou as “implicações complexas” do bronzeamento para “as noções de cor e raça” (p. 128). Para auxiliar esta análise, ele consultou literatura teórica e filosófica, incluindo trabalhos das pesquisadoras feministas Ann Stoler e Sara Ahmed, e argumentou que a “distinção entre a cor de um corpo bronzeado e a de alguém de ascendências europeia e africana misturadas” era “tudo menos óbvia ou cristalina” para os observadores nos anos 1920 e 1930 (p. 128-9).

Barickman era cômico em relação a idioma e tradução quando interpretava a relação entre bronzeamento e identidade racial no Brasil. Ele propôs que qualquer interpretação deveria considerar a palavra “polissêmica” “*moreno* (ou *morena*, no feminino)”, um termo que “não encontra equivalente em inglês”, mas que designa as cores de pele de bronze (*bronzeado*) e de ouro (*dourado*) resultantes do bronzeamento ao sol (p. 132). De acordo com uma tese em voga à época, “a prática de bronzear-se e de tornar-se moreno”, ou, alternativamente, *amorenamento*, “permitiu aos que iam à praia”

participar de um projeto ideológico que definia o Brasil como estando no caminho para se tornar uma nação morena, forjada fisicamente e culturalmente através da miscigenação. Portanto, eles podiam ver seu *amorenamento* [...] na praia como uma contribuição para [...] “a *aurora morena* da carne da nação, aguardando o milagre de uma raça forte” (p. 133).

Barickman contestou esta tese: banhistas (brancos) de classe alta e média-alta não abriram mão de sua identidade branca. Pelo contrário,

o amorenamento de banhistas na praia em Copacabana e Ipanema era totalmente compatível com uma hierarquia racial. O bronzeamento de forma alguma representava uma etapa em direção à eliminação de distinções de cor e de raça. Brancos “tostados marrom escuro” pelo sol continuam a ver a si mesmos como brancos, e [...] iriam permanecer no topo da hierarquia racial. A prática de bronzeamento não resultou em um fim do racismo ou um fim das profundas desigualdades raciais que ainda afligem o Brasil (p. 134-5).

From Sea-Bathing to Beach-Going é uma contribuição bem-vinda à literatura. Ela vai interessar a historiadores sociais e culturais, historiadores da praia, e àqueles que gostam de clareza historiográfica. Historiadores sociais do Brasil, e de cidades de praia noutros países, vão ganhar com a forma pela qual Barickman costurou as praias do Rio de Janeiro ao passado racial e de classe da cidade. Sua imagem de uma interseção entre classe e a praia no século XIX, por exemplo, é muito evocatória. O banho de mar àquela altura – quando uma pequena classe alta, incluindo aqueles “engajados no tráfico transatlântico de escravos” e uma pequena classe média de colarinho-branco governavam uma grande classe livre, a maioria da qual “vivia na pobreza e, em alguns casos, na pobreza extrema” (p. 6) – “era principalmente uma atividade de antes do amanhecer e das primeiras horas da manhã” (p.

10). Os primeiros visitantes “chegavam às praias da cidade às três ou quatro horas da manhã; a maioria [...] já estaria [...] a caminho de casa ou do trabalho antes das seis ou sete horas” (p. 10). As praias eram regularmente poluídas por esgoto e lixo despejados pelos escravos durante a noite; qualquer expectativa de que “as correntes iriam dispersar a sujeira” eram em geral uma esperança vã (p. 15).

Historiadores da praia vão apreciar o conhecimento de Barickman sobre as influências dos escravos e indígenas no banho de mar entre os cariocas. Como ele sugeriu, tradições culturais africanas, não “tratados eruditos defendidos na faculdade de medicina do Rio de Janeiro”, influenciaram os escravos e suas crianças a se banharem no mar,⁶ enquanto “os povos indígenas que viviam próximo à ou em torno da Baía de Guanabara sabiam nadar bem e entravam regularmente na água” (p. 45). Chamar a atenção dos historiadores de praias em outros lugares para os desenvolvimentos no Brasil poderia, potencialmente, contestar ortodoxias. A Surf Lifesaving Association of Australia, que ainda se agarra à visão de que lidera o mundo em segurança no mar, ficará surpresa ao saber que “o serviço de salvamento do Rio de Janeiro [...] ganhou a admiração e o respeito dos banhistas e repetidos elogios da imprensa. Até o *New York Times* noticiou favoravelmente” (p. 123).⁷

De acordo com Kraay, Barickman havia planejado dois capítulos para cobrir o período posterior aos anos 1950 e tinha a intenção de analisar as diferentes atividades nas quais os frequentadores da praia se engajavam, o que eles vestiam, como se comportavam, e as distintas culturas que se formavam em torno dos postos de salvamento nas praias do Rio de Janeiro e que constituíam uma forma de “microgeografia” (p. xix). O epílogo de McCann captura os pontos-chave de Barickman, incluindo a ilusão de praias “democráticas” (p. 184). De fato, um artigo recente no *New York Times*⁸ corrobora o argumento de Barickman de que “distinções sociais [e culturais] não desaparecem na areia” (p. 184).

From Sea-Bathing to Beach-Going é um exemplo de prática profissional de um historiador. Barickman tinha extenso conhecimento dos arquivos, um olho clínico para os detalhes e uma habilidade meticulosa para interpretar estatísticas, documentos oficiais, fotografias e fontes literárias; o texto manifesta sensibilidade em relação à cultura popular e *insights* oriundos de diferentes ciências humanas e sociais. Está além de meu escopo comentar a respeito da habilidade de Barickman com o português brasileiro, mas eu gostaria de endossar o que disse uma colega. Martha Santos, ex-estudante de pós-graduação e

⁶ Para uma explicação mais completa, ver Dawson (2018).

⁷ Para uma história crítica da Surf Life Saving Association of Australia ver Jaggard (2006).

⁸ Hurubie Meko, ‘He was swimming at Rockaway after hours. He ended up in handcuffs’, *New York Times*, August 9, 2022, <https://www.nytimes.com/2022/08/09/nyregion/rockaway-beach-arrest.html?smid=em-share>

apoiadora entusiasmada do projeto de editar o livro, comenta que o trabalho dele publicado sobre a praia foi “escrito em uma voz de português brasileiro que é rica em textura, às vezes engraçada, e profundamente mergulhada na cultura, no folclore e na geografia urbana *cariocas*”. Santos conjectura que Barickman “conceitualizou e escreveu os capítulos [...] em português – sua amada língua estrangeira – primeiro. Depois disso, ele escreveu os capítulos em inglês e então retornou às versões em português para torná-las ainda melhores” (Santos, 2017, p. 3).

Barickman não é o único que merece elogios. A disposição de Kraay e McCann para editar o livro foi um nobre ato de respeito e generosidade. Outros colegas, também, fizeram contribuições significativas. Pedro Falk, um estudante de doutorado na Universidade de Calgary, por exemplo, compilou a profusa bibliografia de 31 páginas a partir das notas de rodapé no manuscrito original. *From Sea-Bathing to Beach-Going* é um ótimo texto de historiadores do Brasil.

Referências bibliográficas

BARICKMAN, B. J. *From Sea-Bathing to Beach-Going: A Social History of the Beach in Rio de Janeiro, Brazil*. KRAAY, Hendrik; MCCANN, Bryan (ed.). Albuquerque: University of New Mexico Press, 2022.

BARICKMAN, B. J. Medindo maiôs e correndo atrás de homens sem camisa: A polícia e as praias cariocas, 1920–1950. *Recorde: Revista de História do Esporte*, v. 9, n. 1, p. 1–66, 2016.

BOOTH, Douglas *Australian Beach Cultures: The History of Sun, Sand and Surf*. London: Frank Cass, 2001.

DAWSON, Kevin. *Undercurrents of Power: Aquatic Culture in the African Diaspora*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2018.

JAGGARD, Ed (ed.). *Between the Flags: One Hundred Summers of Australian Surf Lifesaving*. Sydney: University of New South Wales Press, 2006.

SANTOS, Martha. In memory of B. J. Barickman: Historian, Teacher, Mentor, *Luso-Brazilian Review*, v. 54, n. 1, p. 1-8, 2017.